

SOB O SIGNO DA LEI 10.639/03: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES

Luan Ferreira da Silva Paz ¹

RESUMO

O presente estudo científico pretende demonstrar como a História da África é trabalhada junto dos alunos no ambiente escolar, principalmente pela visão a qual muitos tem sobre o continente africano, tendo em vista o conhecimento pelos quais muitos são expostos, onde são destacados apenas elementos como a escravidão e a pobreza. Tais colocações reforçam a necessidade e importância da implementação da Lei 10.639/03, uma vez que a mesma colabora para a difusão do conhecimento a respeito da história e da cultura africana e afro-brasileira, sempre colocando aqueles que antes eram esquecidos agora em posição de destaque na construção da sociedade. Partindo disso, cabe aos professores fortalecer os trabalhos para mudar essa visão que o senso comum prevalece, partindo de uma formação adequada a respeito e metodologias usadas em sala de aula para uma melhor experiência na difusão do conhecimento a respeito, itens essenciais para mudar uma visão onde elementos como a pobreza e a escravidão são tão presentes em um primeiro momento quando se pensa em características sobre a África ou afrodescendentes, de modo a provocar seus alunos para que estes possam desenvolver senso crítico e passar a vê-los como um reduto de diversidade cultural. Para a construção do estudo científico, foram feitas pesquisas em produções bibliográficas relevantes para o estudo do tema, tais como: Munanga (2005), Santos (1992) e Fernandes (2005). E ao final, o referido estudo demonstra a importância de se trabalhar a temática da História da África e Cultura Afro-brasileira em sala, tendo em vista a importância de se trabalhar a diversidade em sala de aula, pois ali estão se formando os membros ativos da sociedade futuramente, principalmente quando os professores desenvolvem atividades a respeito para mudar concepções rasas a respeito da temática e distanciando os mesmos de malefícios como o racismo.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Desafios, Possibilidades, Professores, Escola.

INTRODUÇÃO

Os espaços escolares surgem como um ponto de partida para a construção de uma sociedade que está em constante mudança e que ao mesmo passo vai se tornando cada vez mais diversificada, sendo a educação e os professores mediadores para que os cidadãos do amanhã nestes espaços formem princípios como o respeito às subjetividades, promovendo ainda a proteção que todos os indivíduos de igual modo tenham acesso ao conhecimento. Essa rede em torno do ambiente escolar é essencial para que a educação fornecida seja a da melhor qualidade possível, somado ao fato ainda de que essas contribuições ainda saem das escolas, uma vez que seus discentes estarão preparados para serem mais participativos no meio a qual estão se inserindo.

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, luanpaz181@gmail.com.

No ano de 2003 foi promulgada a Lei 10.639/2003, tendo como principal objetivo a implementação nos espaços escolares de conteúdos no tocando à História e Cultura Afro-brasileira, uma vez que em uma sociedade cada vez mais diversa debates nesse tocante se fazem necessários, pois construir uma educação pautada nas relações étnico-raciais é o início para reprimir discriminações raciais, mesmo que não seja um trabalho fácil, essas discussões se fazem extremamente importantes.

O estudo científico aqui desenvolvido, teve como objetivo geral estabelecer uma análise sobre a promulgação da Lei 10.639/03, principalmente no tocante aos possíveis ganhos da mesma para o processo de escolarização, seus diversos desafios para a mesma ser posta em prática, de modo a provocar melhorias no tocante à qual seria o lugar e o papel dos educadores neste processo, tendo em vista o papel de mediação dos mesmos e a necessidade que esses mesmos educadores têm de ter uma formação adequada para que a experiência no processo de escolarização em busca do enfrentamento ao racismo em sala seja um objetivo atingido.

Ainda que o norte de toda a discussão levantada na mesma pesquisa teve como base a recepção por parte dos educadores e igualmente as instituições de ensino mediante a promulgação da Lei 10.639/03, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos envolvidos diretamente no processo de escolarização.

Desse modo, o referido estudo vai demonstrar ser necessário que se tenha uma atualização dos modos de como os conteúdos referente a História da África e Cultura Afro-brasileira são repassados em sala, sendo necessário um maior engajamento principalmente por parte dos docentes junto de toda a estrutura escolar para o desenvolvimento de atividades que visem de certo modo desmistificar uma visão estigmatizada de determinados setores da sociedade, movimento que demonstra sua importância tendo em vista a formação da sociedade brasileira se mostrando tão diversa em sua construção, mas que muitas vezes são postas de modo pejorativo, sendo o engajamento e atribuição de atividades nesse sentido essenciais para mudar essa concepção, além da promoção de uma discussão saudável que muito contribui para o processo de formação dos indivíduos.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO: A PROMULGAÇÃO DA LEI 10.639/03

Com a promulgação da Lei 10.639/03 e alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, ficou definido em caráter obrigatório a inserção de conteúdos no tocante ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas séries da Educação básica, obrigação está que modifica estruturalmente toda a parte curricular das instituições escolares em todo o território brasileiro, ainda que essa inserção contempla ainda conteúdos referentes à História da África e consequentemente dos africanos.

Mesmo que tal obrigatoriedade, ela surge a partir da reivindicação de movimentos sociais ligados à questão negra. De certo modo, trata-se de uma reivindicação antiga dos mesmos, tendo em vista que os mesmos enxergam na legislação um ponto de início para a modificação do ponto de vista de alguns setores da sociedade de modo pejorativo a respeito de elementos presentes na Cultura Afro-brasileira, de modo que esta visão construída a respeito dos mesmos abre espaço para a formação de sujeitos preconceituosos, principalmente dentro do espaço escolar quando questões de diversidade, seja de gênero ou de raça não são trabalhadas.

Ainda que essas manifestações em prol do trabalho dessa temática tenham se intensificado ainda na década de 80, ao passo que teríamos o andamento da promulgação da Constituição Federal de 1988. O principal norte que servia de guia para esses movimentos sociais que ganhavam força era o desejo de construir uma sociedade mais igualitária, de modo a respeitar toda a diversidade que cercava o processo de construção do Brasil.

Conforme indaga Gomes, (2012, p. 22):

Os movimentos sociais – que resistiram e desenvolveram paralelamente às ações de um governo ditatorial, organizando-se fora do controle do Estado, especialmente aqueles que focalizaram o caráter identitário de grupos sociais com histórico de profunda exclusão e discriminação (às mulheres, os negros, os povos indígenas, os homossexuais, os quilombolas e os moradores do campo) – evidenciaram uma problemática historicamente apagada por setores conservadores da sociedade e até por setores progressistas: o direito à diferença e a necessidade de políticas públicas que contemplem a diversidade.

De modo mais ajustado, dentro dessa imersão nos movimentos sociais, cabe aqui destacar o Movimento Negro como um dos que mais buscaram a implementação da legislação específica para se tratar esses conteúdos em sala, entendendo que o espaço escolar na totalidade é um local ideal para ser construída a sociedade do futuro, sociedade está que respeite a diversidade e que seja mais participativa no meio a qual estão inseridos.

Gomes (2012, p. 23) ainda aponta que:

Colaboraram, para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para educação das relações étnico-raciais nas escolas, nesse contexto, a Marcha Zumbi dos Palmares(1995) os dados sociodemográficos que demonstram a condição da desigualdade racial divulgados pelo IPEA (2001), a realização da 3a Conferência de Durban, a criação da SEPPIR (2003) e da SECAD(2004). Esse contexto histórico, político e social e educacional justifica a necessidade da sanção da Lei no10.639/03, do parecer do CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004.

Ou seja, a promulgação da Lei 10.639/03 permite que seja alcançado mais conhecedores sobre a cultura negra tão presente no processo de construção do Brasil, exaltando ainda as lutas travadas neste processo, colocando os mesmos como protagonistas neste longo processo, e quando trabalhada essa perspectiva na escola, quem acaba ganhando é toda a comunidade para além dos educandos, tendo em vista a contribuição para a formação de uma sociedade mais crítica, reflexiva e participativa, afastando então possibilidades atos discriminatórios, racistas e preconceituosos, permitindo assim que se estabeleçam novas estratégias para serem reduzidos os altos índices de atos de discriminação na educação e sociedade brasileira como todo (GOMES, 2005).

Principalmente pelo fato de que durante séculos a imagem do negro na sociedade brasileira sempre na maioria das vezes nem era colocada no processo de construção do Brasil, nem mesmo sua importância e lutas travadas. Entendemos essa estratégia de não veiculação, quando nos debruçamos sobre a ideologia da dominação racial, onde indaga Rocha (2009, p. 54) que, “ao difundir ideias de inferioridade do negro justificava a escravização dos africanos e o mito da democracia racial, que ao negar a estrutura racista brasileira, naturalizou as desigualdades sociais”.

Esse cenário onde o negro é posto em posição inferior se consolida ainda no século XIX, no momento em que se inicia a tentativa de vingar uma hegemonia branca e que naturalmente vai se instaurar na estrutura social e no imaginário sociedade brasileira, sempre arraigados de elementos racistas e com olhar de inferioridade acerca do negro (MULLER, 2009).

Ao mesmo tempo que são notados os avanços no tocante às questões ligadas à História da África e Cultura Afro-brasileira no ambiente escolar, principalmente pelo fato de que nos últimos anos as discussões entre especialistas tenham se intensificado, ainda são muitos os desafios para a devida efetivação para atingir todo o público matriculado nas instituições de ensino.

Esses desafios surgem principalmente da parte dos educadores, que em sua maioria precisam lidar com a falta de estrutura nas escolas, tanto física quanto a falta de material específico sobre a temática, somados ainda a fatores como, por exemplo, uma formação

consolidada sobre a mesma. Por isso, Gomes (2005) enfatiza que mesmo que estes desafios sejam rompidos, nada vai ser sentido se de fato não houver um engajamento sério e comprometido de modo a mudar a concepção de toda a sociedade a respeito de uma parte da sociedade que naturalmente é tão marginalizada, concepção está sustentada em fortes raízes de uma ideologia que fez com que elementos como o racismo e a discriminação se fizessem tão presentes na sociedade brasileira.

Ainda que a esses educadores esses desafios se fazem mais presentes tendo em vista o seu contato direto com os educandos e o seu papel mediador mediante a inserção desses conteúdos em sala. É preciso que esses educadores saibam intercalar aqueles conteúdos presentes no currículo, mas também aqueles que são oriundos do meio onde seus alunos estão inseridos, de modo que os muitos desafios de lecionar sobre as relações étnico-racial por algum momento estejam distantes de sua sala de aula.

Essa intercalação serve para que os alunos encontrem sentido e sobretudo se encontrem no conteúdo a qual estão tendo acesso no ambiente escolar ao tempo que se interligam com a comunidade e até mesmo com sua família. A esse respeito, Costa (1983, p. 3) nos mostra que:

Todo indivíduo, ao formar sua identidade, adquire um perfil que será delineado a partir de algumas regras estruturantes que serão criadas através de “relações físico-emocionais surgidas dentro da família e através do estoque de significados que a cultura põe à disposição dos sujeitos.

Ou seja, cabe aos mestres o desafio maior nesse processo, tendo em vista que para este é necessária uma boa formação e após a mesma, quando começar a lecionar, dominar ainda o conteúdo proposto e incrementar metodologias inovadoras de ensino atreladas a estratégias para proporcionar aos seus alunos uma melhor experiência a respeito da temática da relação étnico-racial.

Mesmo que seja um desafio para alguns professores uma boa formação a respeito, tendo em vista a deficiência de alguns currículos de cursos de licenciatura nos anos anteriores, é essencial que estes educadores busquem se capacitar e fazer cursos para poderem se adaptar a legislação e ficar por dentro de duas exigências para que a temática seja desenvolvida em sala.

FORMAÇÃO ADEQUADA DOS PROFESSORES: PONTO DE PARTIDA PARA QUE OS OBJETIVOS SEJAM ALCANÇADOS

Após a promulgação da Lei 10.639 de 2003, as discussões antes e depois desse momento se concentraram em como esse material seria abordado nas salas de aula e quais seriam os caminhos possíveis para isso, onde o elemento chave que surge neste processo de escolarização e de acúmulo do saber são os professores.

Desse modo, se pensaria em possibilidades para que estes fossem habilitados desde a sua formação para quando entrassem em sala os conteúdos fossem aplicados, nesse sentido, as transformações surgem no sentido positivo onde as instituições de ensino superior passariam a se preocupar com a formação dos recém professores formados tendo em vista a necessidade dos mesmos em se inserir em um espaço onde agrega uma diversidade imensa de pessoas de todos os gêneros e raça. Dessa forma, as Diretrizes curriculares deixam claro que:

Art. 7º As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer (CNE/CP 003/2004).

A questão sobre o processo de formação desses docentes endossa ainda mais as discussões, uma vez que estes são responsáveis por:

Promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas (MAIA, 2012, p. 25).

Desse modo, essa formação transversal dos novos docentes são um dos pontos-chave para que os objetivos sejam atingidos, as escolas após a promulgação da Lei necessitam de professores que estão atentos com os fatos antes omitidos pelo currículo que fazem parte do processo de construção do Brasil.

Esse destaque aos educadores como ponto importante se dá pelo fato dos mesmos estarem diretamente lidando com os estudantes na transmissão dos conteúdos, mas não quer dizer que outros elementos precisam se ausentar, tendo em vista a necessidade de se construir um trabalho coletivo no espaço escolar envolvendo toda a equipe pedagógica e até mesmo desenvolvendo atividades que envolvem a família e a comunidade.

Estratégias que de certo modo envolvem toda a comunidade sem distinção de raça, promovendo então um processo coletivo em refletir sobre a construção do negro no processo

de construção do Brasil ao longo dos anos, promovendo debates ricos, os colocando como elementos ativos deste processo.

Ainda que para aqueles docentes que tenham se formado após a implementação da Lei, uma alternativa para que os mesmos se ajustem aos novos tempos e as novas concepções acerca do negro na historiografia brasileira seja a formação continuada como ponto-chave. Conforme MUNANGA (2005), esse tipo de formação fortalece a magistratura daqueles que por ventura não tiveram uma formação adequada a respeito da temática, com essa estratégia os mesmos estarão aptos a promoverem reflexos onde o centro das discussões sejam os feitos e protagonismo negro.

Assim, rompendo totalmente com aquele estigma de que o negro é sempre colocado como inferior e diretamente ligado à escravidão e serventia tão presentes no período da colonização do continente africano. Situações como essa se reforçam naqueles educadores que não procuram se atualizar e se formar continuamente nessas questões conforme o mundo contemporâneo segue se modificando.

Além disso, compreende-se que muitas das vezes esses incidentes ocorrem também os dificuldade em se encontrar material didático e fontes para trabalhar essas questões em sala, e não exclusivamente signifique que o desinteresse ocorre pela vontade dos professores. Mas essa situação tende a mudar, uma vez que em uma sociedade cada vez mais diversa, se faz necessário que os professores estejam antenados com todas as novidades que surgirem acerca da temática, bem como aderirem às formações continuadas para estarem sempre atualizados.

Nesse contexto, novo professor passa a ser exigido. Não mais aquele professor tradicional. Torna-se necessário reestruturar também os processos didático-pedagógicos. Não há lugar para a prática pedagógica impositiva, que prescreve normas a serem seguidas. O professor deve levar em conta, agora, que o aluno deve ser visto como sujeito, como ator reflexivo. Terá de prepará-lo para que seja capaz de expressar, saiba trabalhar em grupo, tenha iniciativas, saiba enfrentar problemas, apresente flexibilidade mental e força psíquica para suportar as exigências do mercado de trabalho. (SANTOS, 1992, p. 23).

Desse modo, fica claro nos argumentos do autor que o professor imerso nas mudanças do mundo contemporâneo deve está atento e modificar sua metodologia em sala de aula, tendo em vista que os objetivos propostos para uma aula só são de fato obtidos a partir do momento quando é estabelecida uma comunicação única entre docentes e discentes. Assim, é importante articular temáticas como a questão dos negros em sala de aula, destacando sua cultura e os colocando como protagonistas para que malefícios como a discriminação e o

racismo possam de fato serem combatidos, primeiro no meio onde os mesmos estão inseridos e depois em toda a sociedade.

ADENTRANDO AO CAMPO PRÁTICO: A SALA DE AULA COMO AMBIENTE FORMATIVO DA SOCIEDADE DO FUTURO

O ambiente escolar se torna um espaço chave para modificar a situação atual onde temos uma sociedade com alto índice de episódios discriminatórios, pois nos espaços de formação é onde estão sendo moldados os indivíduos da sociedade do amanhã, onde estes precisam entender que estão inseridos em um meio diverso, necessitando cada vez estarem imersos durante sua formação um processo de escolarização mais humanizado e participativo.

Ainda que essa construção de sociedade do futuro só seja possível a partir do momento em que em todas as escolas o engajamento em torno das causas raciais, uma sociedade que não tenha mais espaço para atos discriminatórios, tendo Rocha (2006, p. 56) apontado que o caminho é estabelecer “[...] propostas concretas de mudança da mentalidade racista da sociedade brasileira, formular projetos visando erradicar o racismo nas escolas e na sociedade e trabalhar para a melhoria de condições de vida de todos”.

Além disso, é necessário frisar a necessidade de se ter para a efetivação, na prática nesse espaço, a superação de desafios onde muitas das vezes os educadores não se aprofundaram na temática, muito menos nas especificidades tratadas na Lei 10.639/2003, tendo em vista que uma formação efetiva se faz essencial para que os objetivos no ambiente escolar sejam atingidos e os educadores tenham noção possam desenvolver estratégias para tratar sobre a temática da História e Cultura Afro-brasileira em sala, sempre buscando mesclar com o ambiente onde os educandos estão inseridos. Além disso, o IBGE deixa claro que:

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Essas atribuições a qual os novos professores e também os antigos precisam dominar se fazem necessárias, pois a escola naturalmente surge com a função de formar cidadãos críticos para que naturalmente sejam mais participativos no meio a qual estão inseridos, pois um passo importante para o combate à qualquer indício de discriminação nos espaços

educacionais e na sociedade como um geral é trabalhar o protagonismo e história daqueles indivíduos que se fizeram presentes no processo de construção do Brasil, levando em conta que o país dos dias atuais se formou com uma diversidade étnica imensa, abordar essa perspectiva na escola de se faz necessária apesar de ainda enfrentar desafios, pois:

apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos na sua maioria, de negros e mestiços. (FERNANDES, 2005, p. 379).

Desse modo, a escola, bem como a iniciativa de trabalhar em seu espaço métodos para o combate ao racismo ou qualquer outro tipo de discriminação, surge como uma luz para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde o respeito às subjetividades vão está presentes na natureza dos cidadãos do futuro. Surgindo então os professores:

como responsáveis pelo fomento do tema africanidades nos ambientes escolares, os educadores e educadoras podem promover momentos de reflexão e atuação social para essa resignificação, na qual as pessoas tenham o direito de ser quem são trazendo consigo sua história, a ancestralidade e o entorno, sem constranger-se por isso, cientes de que cada ação humana, por mais simples, diz respeito a um todo muito maior, no qual somos um, e onde o produto desse ato é fruto das escolhas que fazemos ao conduzir nossa própria vida. (SOUZA, 2010, p. 156).

Nesse sentido, trazer essas discussões para a prática docente nas escolas teremos como resultado as:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras. (Parecer CNE/CP 03/2004;16)

E claro, todo esse processo vai ter como instrumento chave para a mudança ser alcançada pelos educadores, aqueles que contribuem em todas as escolas com a formação de sujeitos atentos às diferenças e sobretudo que as respeitem, sujeitos críticos e mais participativos nas discussões políticas em um mundo mais globalizado. Sendo então a escola esse espaço de diálogo para a construção de um mundo mais gentil no tocante ao observar as diferenças do outro no meio a qual os indivíduos estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa aqui construída demonstra a real importância e necessidade de se estudar conteúdos a respeito da História e Cultura Afro-brasileira, tendo em vista que estão cada vez mais recorrentes casos de preconceito racial dentro das escolas como em outros espaços, ainda que essa inserção seja um desafio, é extremamente necessária para que a imagem negativa sobre o continente africano e sobre os afrodescendentes seja totalmente mudada uma vez que a sociedade está cada vez mais diversificada, onde todos os indivíduos são merecedores de terem vez e voz em todos os espaços onde queiram se inserir.

Pensando nisso, a mesma pesquisa traz ao longo de seu desenvolvimento, além dos desafios, as possibilidades possíveis a partir da promulgação da Lei 10.639/03 no sentido de combater o racismo e estabelecer uma sociedade mais harmoniosa, onde o respeito para com o próximo prevaleça. Sendo a escola um local chave para que essa situação mude de fato e os objetivos propostos pela referida lei sejam atingidos. Tendo em vista que no espaço escolar estão sendo formados os cidadãos do amanhã, sendo esse mesmo espaço um local propício para a troca de saberes e para a promoção de discussões nesse sentido.

Sem falar nesse espaço estratégico toda a comunidade escolar tem a oportunidade de adentrar nessas discussões, sendo os professores o elo de entre as formulações do currículo e os conteúdos cobrados pelo mesmo e a execução, na prática das atividades que vão ser desenvolvidas nesse sentido. Estabelecendo os professores o elo mas também a missão de lidar com as dificuldades de implementação de atividades voltadas para o combate o racismo através da legislação vigente, tendo em vista ainda a falta de materiais didáticos em boa quantidade para se desenvolver os trabalhos, somado ainda a falta de estrutura de modo geral nas escolas.

É preciso então superar ou pelo menos tentar esses desafios, cabendo aqui destacar a importância de uma formação adequada dos professores que já estão em sala e também dos novos que estão saindo do forno nas instituições de ensino superior. Quando falamos em superação e devida efetivação de todo um trabalho em torno da temática da História e Cultura Afro-brasileira e no combate ao racismo a partir disso, é necessário que as ações sejam mais intensificadas e não apenas em datas pontuais no calendário escolar, é muito importante fortalecer as ações e atividades continuamente para que as discussões sejam mais intensificadas, abrindo espaço para que os objetivos propósitos pela legislação sejam alcançados.



Dessa forma, enfatizamos que a Lei 10.639/03 fortalece o trabalho dentro das escolas com o intuito de quebrar os paradigmas impostos sobre uma parte da população, uma vez que a partir das estratégias pedagógicas adotadas pelos professores e por todo o corpo da direção escolar essa situação vai pouco a pouco sendo trabalhada, enfatizada e principalmente mudada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 11. ed. Câmara dos Deputados, 2015.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal. Coleção Tendências. Vol. 4. 1983.

_____. **Origens africanas no Brasil** – histórias, línguas, culturas e civilizações. 3 ed. Belo Horizonte: Global, 2009.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. “Ensino e diversidade cultural: desafios e possibilidades, **Caderno Cedes**. Campinas, V. 25, n. 67, p: 378-388, set-dez. 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC/SECAD. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

_____. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei no 10.639/03**. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei Federal 10.639/2003**. Brasília, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.) – **Superando o Racismo na Escola**, 2ª ed. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

ROCHA, Lauro Cornélio da. As Relações Étnico-Raciais, a Cultura Afro-Brasileira e o Projeto Político-Pedagógico. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. **Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: TV. ESCOLA/SALTO PARA O FUTURO, 2006.

SANTOS, Oder José dos. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas: Papyrus, 1992. (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Paulo César Antonini. “Educar-se ao mundo: percepções acerca das africanidades”. **Revista espaço acadêmico**. São Paulo, v. 9, n. 106: 149-159, mar. 2010.